



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926)

Mário G. Fernandes - mgfernan@letras.up.pt;

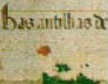
cartografia urbana histórica, planeamento urbano

Na continuidade da longa, importante e conhecida prática do urbanismo (do medievo ao renascentista e ao pombalino), em Portugal, à semelhança da generalidade dos países europeus, o planeamento urbano apenas foi institucionalizado na segunda metade do século XIX, no contexto sócio-económico e cultural do Fontismo e por decisão do engenheiro João Chrysostomo de Abreu e Sousa, que fez publicar o Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1864, que consagrava os “planos gerais de melhoramentos” e, embora somente obrigasse as câmaras municipais de Lisboa e Porto, aconselhava e definia regras para as restantes, levando ao aparecimento de plantas e planos para muitas das cidades portuguesas, alguns datados ainda de oitocentos, outros da primeira república.

Na cartografia direccionada para obras urbanas, impõe-se à partida uma primeira e inevitável referência aos conhecidos exemplos dos projectos pombalinos para a construção e reconstrução de Lisboa ou às centenas de plantas elaboradas na Junta de Obras Públicas do Porto e no âmbito das transformações almadinas da cidade. Se exceptuarmos esta época e estas cidades, só a partir de meados de Oitocentos é possível detectar um número significativo de exemplares cartográficos elaborados como instrumento de transformação das urbes portuguesas.

Tivesse o país tido tempo e recursos financeiros para seguir as ideias iniciais de Filipe Folque e a obra de que foi o principal mentor teria sido muito mais vasta e precioso auxiliar também para as Câmaras Municipais de todo o país, igualmente e sempre assoberbadas com problemas financeiros e da mesma forma necessitadas de cartografia rigorosa, que servisse de base aos empreendimentos que pretendiam desenvolver no contexto e em consequência dos melhoramentos materiais encetados pelo poder central. De qualquer forma, várias Câmaras Municipais sentiram a necessidade e desenvolveram esforços no sentido de possuírem cartografia rigorosa da totalidade das respectivas sedes concelhias. Em primeiro lugar, precisou dela a cidade de Lisboa, capital do reino de onde todas as redes de comunicações partiam e para onde todas convergiam. Os terminais de caminho de ferro, que era necessário cozer ao tecido urbano existente e articular com os nós de outras redes de transporte e com os

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



lugares fundamentais da estrutura urbana, o crescimento populacional que começava a acentuar-se, a necessidade da melhoria das condições de trânsito e salubridade existentes, entre outras realidades, exigiam uma acção transformadora e para a concretização desta eram necessárias plantas, de grande escala, com o rigor de que o país já possuía competência para concretizar.

Outros aglomerados urbanos trataram de promover levantamentos cartográficos, nem sempre com a mesma premência e sempre com mais dificuldades. De facto, a Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, (levantada entre 1856 e 1858, por Carlos Pezerat, João Goulart e Francisco Goulart, sob a direcção de Filipe Folque), baseou-se em triangulação feita pelos Serviços Geodésicos e o orçamento destes pagou a empreitada do levantamento e desenho, feita por privados e por concurso, porque Folque considerara que os seus serviços não tinham recursos humanos suficientes, enquanto que as plantas que se elaboraram para outros centros urbanos do país, foram pagas pelos orçamentos municipais (com a excepção da triangulação fundamental e nivelamento para a Carta de 1892 da cidade do Porto e, provavelmente, dos mesmos elementos para a carta de 1868/69 de Viana do Castelo (ambas lideradas por A.G. Telles Ferreira), executados pelos Serviços Geodésicos centrais).

Foi com o mesmo tipo de intenções que justificaram o levantamento da Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, que várias municipalidades promoveram os levantamentos cartográficos das suas sedes concelhias, podendo-se afirmar que se tratou de um denominador comum da acção camarária. Aliás, tendo em conta os documentos conhecidos, pode considerar-se que, em meados de Oitocentos, Portugal entrou na primeira fase de generalização da cartografia urbana científica elaborada como suporte às acções de planeamento urbano, visando a concretização de obras específicas e tão diversas como a reconstrução de pisos ou alargamento e abertura de arruamentos, a canalização de águas, a construção de cemitérios, a edificação de mercados e matadouros ou o arranjo de largos e de jardins. Apesar dos exemplares cartográficos já existentes no século XVIII, quer das colónias quer da metrópole pombalina, a maioria das imagens encarava o aglomerado urbano enquanto objecto cultural ou militar e só a partir de meados de Oitocentos começamos a encontrar maior número de povoações portuguesas possuidoras de cartografia que visava a cidade na sua totalidade, sendo o objecto o aglomerado urbano e o objectivo o seu ordenamento e transformação.